Mandato 2017/2021
Livro 10
Folhas 24

ATA N.º86

Reunião extraordinária da Câmara Municipal de Vizela de 31 de maio de 2021

---------Aos trinta e um dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e um, no edifício da Sede do Município, pelas dez horas e dez minutos, reuniu, extraordinariamente, a Câmara Municipal de Vizela sob a presidência do Excelentíssimo Sr. Presidente, Victor Hugo Salgado, com a presença dos vereadores da Câmara Municipal, Joaquim Meireles, Agostinha Freitas, Jorge Pedrosa, Maria de Fátima Andrade, Dora Gaspar e Eugénio Silva. Secretariou Ana Patrícia Faria da Silva, Técnica Superior do Gabinete de Comunicação. Verificada a presença dos vereadores, o senhor Presidente declarou aberta a reunião. **1. PERÍODO DA ORDEM DO DIA: PONTO N.º1.1 DA ORDEM DE TRABALHOS: PROPOSTA DE APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2020:** No cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, conjugado com o disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com o n.º 2 do artigo 132.º da Lei n.º 75- B/2020 e com o n.º 7 do artigo 3.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, alterado pela Lei n.º 13-B/2021, de 5 de abril, submete-se a reunião de Câmara, no sentido de aprovar e submeter a posterior apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, a proposta de Documentos de Prestação de Contas de 2020. Identificam-se de seguida os factos mais importantes constantes nos documentos de prestação de contas do ano 2020, os primeiros elaborados em SNC-AP, após a sua implementação a 01 de janeiro de 2020: – No mapa do Balanço, o total do ativo cifrou-se em 71.515.715,90 €, o total do património líquido em 59.082.187,63 € e o total do passivo em 12.433.528,27 €; – No mapa da Demonstração de Resultados por Naturezas, o total de rendimentos ascendeu a 15.084.376,29 € e o total de gastos a 14.630.693,27 €, resultando num resultado líquido do exercício de 453.683,02 € a aplicar conforme ponto 2.3 do Relatório de Gestão. – No mapa da Demonstração de Fluxos de Caixa, o total de pagamentos foi de 19.404.546,33 € e o total de recebimentos de 17.452.026,71 €; – No mapa da Demonstração do Desempenho Orçamental, o total de pagamentos foi de 18.978.178,00 € de operações orçamentais e 426.368,33 € de operações de tesouraria, e o total de recebimentos de 17.166.456,29 € de operações orçamentais e 285.570,42 € de operações de tesouraria. Os saldos iniciais eram de 5.081.146,30 €, sendo 4.172.743,44 € de operações orçamentais e 908.402,86 € de operações de tesouraria, enquanto que os saldos finais foram de 3.128.626,68 €, sendo 2.361.021,73 € de operações orçamentais e 767.604,95 € de operações de tesouraria. A Vereadora Fátima Andrade disse que esta prestação de contas espelha a estratégia seguida pelo Executivo ao longo do presente mandato, afirmando que, independentemente da atipicidade de 2020, as despesas/apoios distribuídos não alteraram radicalmente as contas nem a estratégia definida. Disse que as prioridades de

investimentos, nomeadamente requalificação da Praça e do Jardim Manuel Faria, publicidade e marketing, apoio às Associações, entre outros, foram mantidas e até aumentadas, afirmando, contudo, não ter sido dada prioridade ao abatimento da dívida, criada pelos anteriores executivos PS. A vereadora disse que nunca defendeu que se estagnasse o desenvolvimento de Vizela e que sempre se bateu pelo progresso de Vizela, sendo prova disso a aprovação de alguns empréstimos para o cumprimento da contrapartida em investimentos financiados por Fundos Europeus. Fátima Andrade, pediu alguma contenção com "o atirar para a frente", na resolução de um problema que não foi criado pelos jovens de hoje e que sabemos ter a possibilidade de escolher o abate à dívida, em qualquer momento, não deixando "a herança" socialista do anterior executivo para uma segunda geração de vizelenses, nascidos após a criação do Concelho. Sobre o Documento apresentado, disse que, em 2020, a receita arrecadada foi de 21.339.199,73€ e a despesa executada foi de 18.978.000,00€, o que corresponde uma taxa de execução da receita de 89,51% e de execução da despesa de 80,27%. A vereadora disse que, na página 43, verifica-se um grande aumento no indicador transferências/total receitas, o que indica um aumento da dependência das transferências. Afirmou que os investimentos feitos nas obras já executadas são, sem dúvida, uma mais valia para o Município, se bem que deveriam ter sido executadas há vários anos atrás pelos Executivos anteriores. Fátima Andrade disse que as despesas com o Pessoal tiveram um aumento de 11,33%, em relação ao ano de 2019, afirmando que seria importante saber-se o número de contratados, bem como dos avençados e em prestação de serviços e qual é a despesa total relativa a esses contratos. Disse que o Município de Vizela continua a gastar demasiado em recursos humanos, em vez de proceder à formação e redistribuição de pessoal pelas áreas necessitadas. Afirmou que, em 2020 foram feitas transferências para as Freguesias no valor de 560.477,4€, mais 28,7%, e uma das medidas mais acertadas e correspondidas pelas freguesias, as quais apresentaram um ótimo trabalho com o reforço das verbas. Sobre a resposta à COVID-19, disse que o Município fez despesa paga, neste tempo de pandemia, com medidas de excecionalidade, no valor de 704.688, 06€, contudo, o Sr. Presidente tinha referido uma despesa no valor de um milhão de euros. A vereadora disse que se verifica uma redução da receita de cerca 214.909,44 euros e se arrecadou menos de impostos (com exceção do IMI, em que foram recebidos mais 15.000 euros). Afirmou ainda que a dívida de médio e longo prazo, diminuiu 722.331,7€, mas que, no balanço do Município de Vizela, relativo a 31 de dezembro de 2020, consta como dívida de médio e longo prazo o valor de 8.433, 91€. Relembrou a constante contenção da despesa, nos casos em que não se verifique uma

ATA N.º86

Reunião extraordinária da Câmara Municipal de Vizela de 31 de maio de 2021

necessidade premente dessa mesma despesa, adiando-se para melhores situações de caráter económico-financeiros, fazendo de novo, o apelo para a criação de um fundo de prevenção que possa fazer face a futuros constrangimentos, como foi a Pandemia. Disse que iria votar a favor da proposta, pela rápida e acertada resposta dada pelo Município neste tempo de COVID, no apoio às pessoas, à restauração, ao comércio, no aspeto social, no apoio às instituições e outros que fizeram toda a diferença e mostraram que a Autarquia cumpriu a sua missão principal de proximidade, devendo continuar nessa linha. Disse que nem sempre concordou com as políticas financeiras do Município e não deixou de o expressar no local próprio, contudo apoiou e apoiará sempre todas as iniciativas, obras, ambiente, animais e apoios de toda a espécie que venham a melhorar a vida dos Vizelenses, defendendo, a todo o custo, os reais interesses do coletivo em detrimento do particular. O vereador Eugénio Silva disse não ser verdade o que se encontra vertido na pagina 27-28, de que "foi lido e feita a revisão ao livro, "Em Vizela só dança quem é fidalgo", de Eugénio Silva", afirmando ter remetido a obra à CMV a fim de se proceder ao seu arranjo gráfico e montagem para posterior impressão, o que não se verificou, acusando a CMV de ter quebrado o acordo celebrado no qual oferecia o trabalho e a CMV suportava o custo da edição de 100 livros e a AIREV usufruía do valor total da sua venda. No que concerne à Prestação das Contas, colocou duas questões: a) - No ponto - 2.1 BASES DE MENSURAÇÃO - Ativos Fixos tangíveis. (p.94) pode ler-se que na "transição do ano para o novo normativo contabilístico [NORMAS CONABILÍSTICAS PÚBLICAS], foram efetuadas reclassificações, tendo por base o classificador complementar (CC2), no entanto não foi possível proceder à reclassificação da totalidade", perguntando que bens são esses e quais as razões por que não foi possível proceder à sua reclassificação, prejudicando-se a comparabilidade com o exercício anterior; b) - O ponto 6.2.4. - Mapa de empréstimos (p.348), mostra que, em 30-11-2017, procedeu à renegociação de uma dívida de 2 empréstimos, no valor de 9.500.000,00€, dívidas antigas que, até 2016, foram também responsabilidade do atual Edil, criticando o Executivo pela sucessiva recorrência ao crédito, sendo o mais sonante o realizado com o BPI para a construção da Ponte de St.º Adrião, no valor de 1.390.000.00€ e outros que, ao longo de 2020, perfazendo os empréstimos contraídos em 2020 o montante de 1.994.000.00€. Sobre o empréstimo destinado à requalificação da Praça e do Jardim, no valor de 260.814.00 Euros, questionou, se uma vez que o Estado vai pagar todas as obras da referida requalificação, será este para cobrir parte dos ditos "trabalhos a mais ou imprevistos" avaliados em 599.991,80 Euros? Seguiu-se a vereadora Dora Gaspar que começou por afirmar tratar-se da última prestação de contas

apresentada por este Executivo e é por isso altura de fazer um balanço, quer ao ano de 2020, quer ao mandato. Disse que este documento vem comprovar uma subida exponencial na despesa com os recursos humanos, que cada vez tem mais peso no total das despesas correntes, afirmando que o total da despesa com o pessoal foi de 5,4M€ e que não pode ser justificada unicamente com a despesa da contratação de docentes das AEC, mas sim com uma exponencial contratualização dos recibos verdes que duplicaram em 2020. Dora Gaspar afirmou que as grandes bandeiras deste Executivo não foram cumpridas, dando como exemplo as Termas, o Rio Vizela, o castelo, a piscina termal e o auditório. A vereadora disse registar com agrado a execução dos fundos comunitários, afirmando que, no mandato anterior se fez a constituição das áreas de reabilitação urbana das freguesias, cujas intervenções foram executadas, assim como a Praça e o Jardim, as ruas do centro e a ciclovia. Sobre a Ponte da Aliança, disse que a mesma vai custar três vezes mais do que o inicialmente previsto. Sobre a dívida, afirmou que a redução não é a que tem sido apresentada e que o Executivo se limitou a executar o pagamento ordinário. Depois, Dora Gaspar lamentou que a mensagem do Sr. Presidente da Câmara continue a ser errónea, afirmando que comunicar é informar, propaganda é convencer e não cabe ao Edil fazer essa avaliação. A vereadora finalizou dizendo que, pela nota positiva no que toca à execução das obras e dos fundos comunitários previstos, iria abster-se. O Sr. Presidente começou por destacar oito factos deste documento: 1º A redução da divida da câmara em 3 milhões e 719 mil euros, sendo que, em outubro 2017 era de 13 milhões 632 mil euros e em dezembro de 2020 de 9 milhões e 913 mil euros; 2.º A redução do prazo médio de pagamento em 30 dias, sendo que em outubro era de 48 dias e em dezembro de 2020 era de 18 dias; 3.º A redução de impostos (impostos diretos | indiretos | taxas), sendo que o IMI baixou de 0,45% para 0,35%, ou seja, uma redução de 0,1%, o IRS baixou de 5% para 3%, ou seja, uma redução de 2%, e a Derrama baixou de 1,5€ para 1%, ou seja, baixou 0,5€; 4º a execução do processo de reestruturação e reorganização da Câmara Municipal e dos seus meios(proteção civil, contentorização do lixo, arquivo municipal, canil municipal, entre outros); 5º o incremento no investimento efetuado na dinamização e promoção do Concelho (cultura e turismo, ganhando expressão e relevância, levando a identidade de Vizela mais longe); 6º A execução de Obras Municipais, sendo que, em 4 anos foi efetuado um investimento de 16 milhões de euros, em 35 obras municipais; 7º aumento significativo das transferência para as freguesias (2012 – 0; 2013 – 61.000€; 2014 – 122.000€; 2017 – 147.000€; 2020 – 591.000€); 8º reforço no investimento das instituições (sintéticos | Instituto Silva Monteiro | Pavilhão CCD). Depois, em resposta à questão do aumento do

ATA N.º86

Reunião extraordinária da Câmara Municipal de Vizela de 31 de maio de 2021

valor com recursos humanos, o Edil disse que, quando que este orçamento foi aprovado a 31.10.21 e na altura, tanto a vereadora Fátima Andrade com a vereadora Dora Gaspar afirmaram que a Câmara iria gastar mais 1,6M€ em recursos humanos, quando na verdade esse aumento foi de 548 mil euros. Disse que agora se chega à conclusão que este valor não é assim tão expressivo como foi avançado na altura. Disse que, depois de todo o investimento que foi feito na recuperação e reorganização dos serviços municipais, o investimento nos eventos, nas pessoas, na cultura e na implementação de uma nova dinâmica cultural, o investimento em obras, o investimento nas pessoas através da redução do impostos, chegar a esta prestação de contas com uma dívida total de 9,933.000,00€ e a pagar a 18 dias, seria muito difícil fazer algo tão bem conseguido e tão extraordinariamente executado, sobretudo, atendendo ao ponto de partida, com que este Executivo se deparou, em 2017. A vereadora Fátima Andrade disse ao edil que ninguém disse que este não fez um bom trabalho, e tem todo o mérito, adicionando, que seria quase uma hipocrisia e ridículo afirmar o contrário, contudo, lembrou ao Edil que este esteve seis anos na Câmara com funções e que poderia ter levado a cabo determinadas obras, evitando determinadas despesas, acrescentando que é bom que as pessoas tenham a capacidade de admitir quando algo falhou antes. **3. INTERVENÇÕES ABERTAS AO PÚBLICO:** No período de intervenções reservadas ao público, e após o encerramento da ordem do dia, verificou-se não ter sido pedida a palavra para o efeito. **APROVAÇÃO EM MINUTA:** Foi deliberado aprovar em minuta o texto das deliberações constantes da presente ordem de trabalhos, nos termos do n.º3 do artigo 57.º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, a fim de produzir efeitos imediatos. **ENCERRAMENTO:** Às onze horas do dia trinta e um de maio de dois mil e vinte e um, e como não houvesse mais nada a tratar, foi pelo Excelentíssimo Senhor Presidente encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que vai ser devidamente assinada pelo Excelentíssimo Senhor Presidente e por mim, Ana Patrícia Faria da Silva, Técnica Superior do Gabinete de Comunicação:----------

---